

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	5

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	22
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	24
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	27
10.5 - Políticas contábeis críticas	33
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	42
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	43
10.8 - Plano de Negócios	44
10.9 - Outros fatores com influência relevante	45

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são associados à inflação, à taxa de juros e à taxa de câmbio observadas no cenário macroeconômico.

Taxa de inflação

O impacto da variação dos índices de inflação nos custos e despesas da Companhia existe, por serem o IGP-M e o IPC-A bases de reajuste de diversos serviços utilizados pela Companhia, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios) que representaram aproximadamente 42,4% do total dos custos e despesas da Companhia apurados no ano de 2010 e outros gastos como viagens, comunicação e aluguel que podem ser aumentados de acordo com negociações norteadas por estes índices. Porém, este impacto é minimizado na medida em que as os contratos referentes às receitas recorrentes, relativas à manutenção representaram 45,5% da receita líquida total de 2010 (ou o equivalente a 56,0%, quando comparados com o total dos custos e despesas), são reajustados anualmente com base nestes mesmos índices, permitindo seu repasse aos preços, como tem ocorrido historicamente. Adicionalmente, os segmentos de vendas de serviços relativos à implementação e taxas de licenciamento também podem ter reajuste e serem repassados aos clientes, o que tem ocorrido historicamente, porém sem a garantia de que este procedimento possa continuar a ser executado no futuro.

Taxa de juros

A variação das taxas de juros no país pode influenciar os resultados da Companhia na medida em que uma eventual elevação deste índice pode gerar uma retração dos investimentos realizados pelo mercado. Porém, historicamente, nos períodos de alta da taxa SELIC (taxa básica de juros utilizada como referência pela política monetária), a Companhia não deixou de registrar crescimento em vendas.

As aplicações financeiras seguem as políticas de investimento da Companhia as quais determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários substancialmente remunerados com base em percentuais de variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2010, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 11,75% para o ano de 2010 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2010, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário, como segue:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras (R\$ mil)	CDI	11,75%	8,81%	5,88%
Posição em 31.12.2010		22.963	17.218	11.492
R\$ 195.434* (mil)				
<i>* Saldos em 31 de dezembro de 2010 aplicados em CDB e Fundos DI</i>				

Os financiamentos tomados pela Companhia são basicamente provenientes dos contratos de arrendamento mercantil com taxas pré-fixadas, linhas de financiamento do BNDES e Debêntures atreladas à TJLP.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2010, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2010, foi definido o cenário provável para o ano de 2011 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2010. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de dezembro de 2010 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário, como segue:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Financiamentos – BNDES (R\$ mil)		15.778	18.933	22.089
Taxa sujeita à variação	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
R\$210.370* (mil)				
Debêntures (R\$ mil)		16.704	19.101	21.456
Taxa/índice sujeitos às variações	IPCA	5,00%	6,25%	7,50%
R\$183.386* (mil)	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%

** Saldos em 31 de dezembro de 2010*

Taxa de câmbio

A Companhia tem operações no Brasil e no exterior, portanto, estando exposta à variação cambial. Além disso, uma parcela dos custos e despesas da TOTVS, mesmo incorrida no Brasil, é influenciada pelo câmbio (exemplos: viagens internacionais e, em menor medida, nacionais).

A exposição cambial associada às operações no exterior é baixa, haja vista que as operações internacionais representaram em conjunto menos de 5% da receita total da Companhia no exercício de 2010.

A Companhia avalia que a variação cambial não produz efeitos relevantes sobre suas operações, uma vez que sua estrutura de custos não contém de forma significativa elementos cujos preços dependam de cotações de moedas estrangeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**a. riscos para os quais se busca proteção**

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado pelas mudanças econômicas nacionais, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, políticas governamentais para o setor, índice de inflação e política cambial, conforme discutido no item 5.1.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Historicamente, os riscos apresentados anteriormente (item 5.2a) têm seu efeito atenuado para Companhia por ela ter uma base de clientes pulverizada, tanto em termos de receita (os 100 maiores clientes corresponderam a cerca de 19% da receita, em 2010), como em setores de atividades nos quais esses clientes atuam.

Como comentado no item 5.1, a Companhia entende que o impacto inflacionário sobre seu resultado operacional é minimizado pelo reajuste anual dos contratos de manutenção e pelos reajustes periódicos das taxas de licenciamento e dos serviços de implementação.

Em relação à taxa de juros, a Companhia busca monitorar o endividamento líquido por meio da comparação da geração operacional de caixa e a dívida total, como demonstrado no item 3.7 deste formulário.

A Companhia busca em suas operações internacionais dimensionar estruturas de custos compatíveis com as respectivas gerações de receita, de forma a não aumentar a exposição da Companhia às variações nas taxas de câmbio.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Como não foi identificada relevante exposição aos riscos de mercado listados no item 5.2a, a Companhia não utiliza no momento nenhum instrumento ativo de hedge, além dos hedges “naturais” que consistem em: reajuste das receitas com base em índices de preços (proteção contra a inflação); monitoramento do índice de endividamento líquido (proteção contra a taxa de juros) e do fluxo de caixa das operações individuais e consolidadas; e operações internacionais com receitas e custos essencialmente incorridos nas mesmas moedas (proteção contra a taxa de câmbio).

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os principais parâmetros são a representatividade das receitas de manutenção em relação à receita total, o monitoramento dos indicadores de endividamento líquido (item 3.7), cronograma de vencimento da dívida (item 3.8) e o patrimônio líquido denominado em moeda estrangeira em relação ao patrimônio líquido total da Companhia.

e. instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

No período compreendido por este Formulário de Referência, a Companhia não conduziu operações dessa natureza.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Mensalmente, o vice-presidente financeiro reúne-se com o diretor financeiro e de serviços compartilhados e com o gerente de tesouraria para analisar o nível de endividamento líquido da Companhia, bem a geração de caixa de cada região onde a Companhia está presente, sendo essa última análise realizada com a participação dos gestores das unidades regionais.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável. A Companhia entende que sua estrutura atual é adequada, tendo em vista a reduzida exposição que está sujeita aos riscos elencados no item 5.1.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Até a entrega deste formulário, a Companhia não identificou alterações significativas nos principais riscos de mercado elencados no item 5.1.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

A Companhia não identificou outras informações relevantes relacionadas com o Risco de Mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A fim de atender a Deliberação CVM nº 637 de 06 de agosto de 2010, bem como a orientação constante do Ofício - Circular CVM/SEP/Nº005/2011, os comentários dos diretores da Companhia foram preparados no sentido de evitar a comparação de demonstrações financeiras elaboradas com base em padrões contábeis diversos.

Nessa linha, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 2010 foram elaboradas em consonância com os padrões internacionais IFRS (*International Financial Reporting Standards*), baseados nas normas promulgadas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*). Consoante o disposto na Deliberação CVM nº 603, de 10 de novembro de 2009, alterada pela Deliberação CVM Nº 656, de 25 de janeiro de 2011, as demonstrações financeiras consolidadas de 2009 que haviam sido elaboradas considerando as exceções requeridas e algumas das isenções opcionais permitidas pelo pronunciamento contábil CPC 13, são reapresentadas com base nas mesmas normas aplicadas às demonstrações financeiras consolidadas de 2010, para efeitos de comparação.

Paralelamente, a administração da Companhia, buscando evitar a comparação de demonstrações financeiras consolidadas elaboradas com base em padrões contábeis inversos, manteve as demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios encerrados em 2009 e 2008 elaboradas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade (BR GAAP).

Assim, para fins de comparação, os comentários dos diretores foram elaborados como demonstra a tabela a seguir:

Exercício Social Comparado das demonstrações financeiras consolidadas	Padrão Contábil Utilizado
2010 (IFRS) x 2009 (IFRS)	IFRS
2009 (BR GAAP) x 2008 (BR GAAP)	BR GAAP

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

2008: A união com a Datasul foi o evento mais significativo do ano para a Companhia (vide item 10.3). A fim de financiar a referida transação, a TOTVS captou R\$200,0 milhões por meio da emissão de debêntures privadas conversíveis em ações, com custo aproximado de 10,0% ao ano, atrelado à variação do IPC-A (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), e prazo de pagamento de 8 anos para o principal e de 11 anos para juros (vide item 10.1.h). Além disso, para financiar projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, nos quais elevados investimentos foram novamente realizados, a Companhia obteve uma linha de crédito do PROSOFT (Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação) junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social) no valor total de R\$204,5 milhões, dos quais R\$160,0 milhões foram desembolsados pelo BNDES no 3T08 e os demais R\$44,5 milhões foram desembolsados no 3T09. O custo dessa linha de crédito corresponde à TJLP mais 1,5% ao ano, com 2 anos de carência e 4 anos para o pagamento do principal (vide item 10.1.f). Nesse ano a estrutura de capital apresentou sua mudança mais substancial, pois o patrimônio líquido, cuja participação relativa no passivo total era de 80% em 2007, passou para 43% em 2008. Entretanto, apesar de o índice de liquidez corrente ter baixado para 2,0, a Companhia ainda apresentava uma considerável capacidade financeira para liquidar suas obrigações de curto prazo.

2009: O ano destacou-se pela bem-sucedida integração das operações da Datasul. A TOTVS apresentou recordes históricos de receitas e lucro líquido, comprovando os ganhos de sinergia e eficiência. A fim de consolidar a marca TOTVS, relevantes investimentos em propaganda e marketing foram realizados. O fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais seguiu consistente, o que permitiu a elevação das disponibilidades da Companhia. As contas a receber de clientes cresceram 34%, porém permaneceu com prazo médio de recebimento inferior a 80 dias. A estrutura de capital não sofreu grandes mudanças, mantendo-se a predominância das dívidas de longo prazo e índice de liquidez corrente praticamente constante com a análise de 2008.

2010: A Companhia apresentou crescimento em todas as linhas de receita e também no número de clientes novos. O lucro líquido de 2010 foi recorde histórico, chegando a R\$137,863 milhões. O índice de liquidez corrente da TOTVS fechou

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

o ano em 2,1, refletindo a capacidade da empresa em liquidar suas obrigações de curto prazo. O caixa totalizou R\$232,508 milhões, correspondentes a 16,4% do ativo total. Durante o ano de 2010, a TOTVS concluiu o processo de consolidação do sistema de distribuição e incorporou as estruturas das principais franquias de desenvolvimento, mantendo seu foco na melhoria contínua dos processos internos.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate

A Companhia não considera a hipótese de proceder ao resgate de suas ações.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem apresentado plena capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos, uma vez que suas operações são fortes geradoras de caixa e os financiamentos concedidos a clientes são essencialmente de curto prazo.

Parte dos exigíveis e dos recebíveis é decorrente da prestação de serviços de implementação de software e outros, que são prestados no país onde são vendidos. Dessa maneira, há uma proteção natural contra efeitos de desvalorização de moedas e de paridade cambial.

A Companhia possui perfil conservador de investimento e não opera em mercados de risco e/ou de derivativos.

2008: o Índice de liquidez corrente passou para 2,0 e continuou a demonstrar a boa saúde financeira em relação à capacidade da Companhia em honrar com seus compromissos. As principais contas do Passivo Circulante continuaram ligadas às atividades operacionais da Companhia. Em função da operação com a Datasul, a Companhia obteve recursos de longo prazo junto ao BNDES, por meio da emissão de debêntures privadas e da linha de financiamento PROSOFT. Dessa maneira, o Passivo Exigível a longo prazo cresceu para o equivalente a 40% do total do passivo, com custo atrelado essencialmente à inflação acrescida de 3% ou TJLP acrescida de 1,5% ao ano, além de poder ser paga ao longo de 11 anos. A liquidez geral, índice que mede a solvência da Companhia considerando dívidas e recebíveis de curto e longo prazo, representou 0,7.

2009: a Liquidez Corrente da Companhia passou para 2,4 e seu perfil de dívida não foi alterado significativamente, uma vez que não foram necessários novos financiamentos relevantes. Analisando-se a dívida de longo prazo contraída no ano de 2008, ela representaria 0,9x EBITDA (ou o lucro antes de juros, impostos e amortização - LAJITDA), inferior a soma das Disponibilidades e das Contas a Receber de Clientes de curto prazo.

2010: A Companhia não contraiu financiamentos relevantes em 2010. A dívida líquida ao final do ano estava em 0,6x EBITDA e seu índice de liquidez corrente em 2,1 espelha a manutenção de boa saúde financeira da empresa para honrar com suas obrigações.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

2008: o capital de giro foi financiado por recursos próprios advindos da geração operacional de caixa. Para o financiamento das atividades de investimento, a Companhia recorreu a duas fontes externas de financiamento, sendo elas: (i) a emissão de debêntures privadas conversíveis; e (ii) obtenção de linha de financiamento PROSOFT junto ao BNDES. Adicionalmente, a Companhia sucedeu um financiamento para desenvolvimento de software contraído pela Datasul junto à FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos (vide item 10.1.f).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2009: o capital de giro e os investimentos em ativos não-circulantes foram financiados predominantemente por recursos próprios advindos da geração operacional de caixa da Companhia.

2010: o capital de giro e os investimentos em ativos não-circulantes foram financiados predominantemente por recursos próprios advindos da geração operacional de caixa da Companhia. A Companhia não contraiu financiamentos relevantes no ano de 2010.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não possui deficiências de liquidez e não pretende buscar fontes de financiamento para capital de giro ou para investimentos em ativos não-circulantes por acreditar não possuir deficiências de liquidez.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia, bem como o saldo de cada um ao final de cada período, estão demonstrados na tabela a seguir:

	(Valores expressos em milhares de reais)					
	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
BNDES – PROSOFT	210.370	209.775	163.352	210.370	209.775	163.352
Desenvolvimento de software – FINEP	5.019	6.306	4.109	5.019	6.306	4.109
Contas garantidas e outras	130	-	25	2.870	1.795	1.051
Empréstimos e Financiamentos	215.519	216.081	167.486	218.259	217.876	168.512
Debêntures	197.950	217.437	208.411	197.950	217.437	208.411
Total	413.469	433.518	375.897	416.209	435.313	376.923
Passivo circulante	(71.444)	(12.336)	(9.850)	(74.184)	(13.056)	(10.876)
Passivo não circulante	342.025	421.182	366.047	342.025	422.257	366.047

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os montantes registrados no passivo não circulante ao final de cada período apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

(Valores expressos em milhares de reais)						
	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
2010	-	-	1.006	-	-	1.006
2011	-	45.954	41.006	-	47.029	41.006
2012	58.015	41.931	41.006	58.015	41.931	41.006
2013	53.266	41.078	40.252	53.266	41.078	40.252
2014	51.147	40.000	40.000	51.147	40.000	40.000
2015	68.000	120.000	80.000	68.000	120.000	80.000
2016	102.000	120.000	120.000	102.000	120.000	120.000
2017 em diante	9.597	12.219	2.777	9.597	12.219	2.777
	342.025	421.182	366.047	342.025	422.257	366.047

BNDES - PROSOFT: Em 19 de agosto de 2008 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a obtenção de crédito junto ao BNDES, no valor de R\$204,5 milhões, no âmbito do PROSOFT. Em setembro de 2008, foi disponibilizado à Companhia o montante de R\$160 milhões, o qual possui como garantia carta de fiança bancária. Em abril de 2009, foram disponibilizados mais R\$ 44,5 milhões, em complemento à tomada de crédito aprovada em 2008. O empréstimo tem como finalidade o financiamento da pesquisa com inovação dos produtos de software, reposicionamento da marca e reestruturação dos canais de vendas, sendo remunerado com base na TJLP, acrescida de juros de 1,5% ao ano, com vencimentos semestrais.

Desenvolvimento de software – FINEP: O referido empréstimo – contratado pela Datasul – é remunerado com base na Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de juros de 5% ao ano e está garantido por cartas de fiança bancária.

Debêntures: Em 19 de agosto de 2008, os acionistas aprovaram a emissão de até 100.000 (“Units”), representadas por certificados de depósitos de valores mobiliários, compostos cada *Unit* por duas debêntures não destacáveis, sendo uma debênture conversível da 1ª série e uma debênture conversível da 2ª série. Em 26 de agosto de 2009, com o intuito de detalhar a forma de cálculo e de atualização: (a) da remuneração das debêntures conversíveis em ações de ambas as séries da 1ª emissão privada da Companhia (“Debêntures”); (b) do prêmio de não conversão das Debêntures; (c) dos percentuais de conversão; (d) do prêmio sobre o preço em caso de conversão obrigatória das Debêntures a Companhia celebrou com seu Agente Fiduciário o 2º aditamento ao instrumento particular de escritura de 1ª emissão de debêntures.

As debêntures da 1ª série serão remuneradas com base no IPC-A acrescido de juros de 3,5% ao ano, limitados a TJLP acrescida de 1,5% ao ano, a serem pagos anualmente em 19 de agosto. As debêntures da 2ª série serão remuneradas com base na TJLP acrescida de 1,5% ao ano, a serem pagos semestralmente em 19 de fevereiro e 19 de agosto.

A Companhia pagará *pro rata temporis* a remuneração devida até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: (i) eventuais conversões de debêntures; (ii) amortizações programadas; (iii) vencimento antecipado; e (iv) vencimento final ou liquidação das debêntures.

As *Units* terão conversão obrigatória em ações ordinárias da Companhia, caso a partir da data de sua emissão, o preço médio ponderado de 360 dias das ações da Companhia, calculado nos pregões na Bolsa de Valores de São Paulo (“Bovespa”) e apurado na data de aniversário das *Units*, em cada período, seja maior que o preço médio ponderado por volume da ação da Companhia, também calculado nos pregões na Bovespa, no período compreendido entre 6 de junho a 31 de agosto de 2008 (“período base”), acrescido do prêmio de 50% do valor

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ponderado das ações do mencionado período, durante os três primeiros aniversários da debênture, reduzindo-se para 46%, 42% e 40% nos anos subseqüentes. Para efeito de apuração do valor ponderado das ações do período base, os valores históricos serão atualizados com base em índices definidos na escritura das debêntures e atualizados de acordo com a fórmula abaixo:

$$[\{ (1+IPC-A) \cdot (1+0,12) \}^{(n/360)} \}^{(0,5)}] * [\{ (1+TJLP) \cdot (1+0,09) \}^{(n/360)} \}^{(0,5)}]$$

Sendo n = número de dias corridos entre a data de apuração e a data da emissão.

Caso a valorização atinja as condições acima descritas os debenturistas ficarão obrigados a converterem, em 2011, até 15% das debêntures emitidas, até 30% em 2012, até 45% em 2013, e até 60 % em 2014. Contudo, a conversão obrigatória somente poderá ocorrer após 2 anos da data de sua emissão.

O preço de conversão, caso isso ocorra, também será o preço médio ponderado por volume das ações da Companhia, calculado nos pregões da Bovespa no período base, acrescido de prêmio de 50% do valor ponderado das ações do mencionado período, para as possíveis conversões a se realizarem em 2011, reduzindo-se para 46%, 42% e 40% nos anos subseqüentes. Para efeito de apuração do valor ponderado das ações do período base, os valores históricos serão atualizados com base em índices definidos na escritura das debêntures.

A conversão voluntária das debêntures, a critério dos debenturistas, poderá ser efetuada considerando os limites percentuais por ano e preço de conversão, descritos acima. Não obstante tais percentuais máximos de conversão mencionados, os debenturistas poderão converter 100% desses valores mobiliários caso: i) um terceiro adquira mais de 20% das ações da Companhia ou ii) no caso do número de conselheiros independentes no Conselho de Administração da Companhia ser inferior a 50%.

O preço de conversão será simultâneo e proporcionalmente ajustado sempre que houver aumento de capital.

Em caso de não conversão, as debêntures farão jus a um prêmio de não conversão, sendo para as debêntures da 1ª série equivalente à diferença entre o IPC-A acrescido de 8,0% ao ano e a remuneração mencionada acima, e para as debêntures da 2ª série equivalente a juros de 3,5% ao ano. O prêmio de não conversão das debêntures da 1ª série será corrigido pelo IPC-A acrescido de 8,0% ao ano e da 2ª série serão corrigidos pela TJLP acrescida de 5,0% ao ano.

O prêmio de não conversão será pago em, no máximo, 6 parcelas e em até 3 anos contados a partir da data do pagamento da última parcela do principal e juros (19 de fevereiro de 2017).

A escritura das debêntures possui cláusulas de vencimento antecipado, caso não sejam cumpridas determinadas condições financeiras e não financeiras, além de outras obrigações acessórias. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia encontrava-se totalmente adimplente com todas as condições estipuladas.

Em 19 de agosto de 2010 o preço médio dos últimos de 360 dias das ações da companhia superou o preço médio ponderado do “período base” corrigido de acordo com as cláusulas contratuais, conseqüentemente foram alcançados os parâmetros que tornaram obrigatória, pelos debenturistas, a conversão de 15% das Units. Com base nesta conversão o Conselho de Administração aprovou, dentro do limite do capital autorizado do Estatuto Social da TOTVS, a emissão de 306.870 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 97,747683 por ação, conseqüentemente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$29,996 milhões mediante a amortização desse valor no saldo principal (Units) das debêntures.

A emissão não foi objeto de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários, uma vez que as debêntures emitidas pela Companhia têm como característica a colocação privada restrita aos acionistas da Companhia na data de emissão, sem qualquer esforço de venda no mercado em geral.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não mantém outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas descritas no item 10.f.i.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A escritura da 1ª emissão privada de debêntures conversíveis em ações da Companhia estabelece que é obrigação da Companhia manter, durante a existência das *Units*, até o seu vencimento final, pelo menos dois dos seguintes índices financeiros da Companhia apurados anualmente em demonstrações financeiras auditadas por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários:

- (i) Dívida Líquida/EBITDA: igual ou menor que 4,0;
- (ii) EBITDA/ROL: igual ou maior que 10%;
- (iii) EBITDA/Serviço da Dívida: igual ou maior que 1,0;

onde:

- Dívida Líquida: (Dívida Bruta - Disponibilidades), sendo (Dívida Bruta = Empréstimos (+) Financiamentos (+) Debêntures (+) quaisquer outras formas de endividamento, inclusive parcelamentos junto a credores) e (Disponibilidades = Caixa (+) Aplicações Financeiras);
- EBITDA: Resultado Operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização;
- ROL: Receita Operacional Líquida; e
- Serviço da Dívida: Amortização de Principal (+) Pagamento de Juros.

As *Units* poderão ainda ter seu vencimento antecipado caso ocorram certos eventos previstos na cláusula IV da escritura da 1ª emissão privada de debêntures. Os principais são:

- (i) Protesto reiterado de títulos contra a Companhia em valor individual que ultrapasse R\$10 milhões ou valor agregado em período de 12 meses consecutivos que ultrapasse R\$50 milhões;
- (ii) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Companhia;
- (iii) Dissolução e liquidação da Companhia;
- (iv) A inclusão, em acordo de acionistas ou estatuto da Companhia, a partir da data de emissão, de dispositivo pelo qual seja exigido *quorum* especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle da Companhia pelos respectivos controladores, conforme conceito previsto na Lei das Sociedades por Ações, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe: (i) restrições à capacidade de crescimento da Companhia ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da Companhia a novos mercados; ou (iii) não pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.
- (v) Mudança do objeto social da Companhia, salvo se aprovado previamente por titulares de *Units* representando a maioria das *Units* em circulação, exceção feita à inclusão de outras atividades, desde que relacionadas à sua atividade principal, no objeto social da Companhia;
- (vi) Aprovação de redução do capital social da Companhia com restituição aos acionistas de parte do valor das ações ou pela diminuição do valor destas, quando não integralizadas, à importância das entradas, sem a prévia e expressa aprovação de titulares de *Units* representando a maioria das *Units* em circulação;
- (vii) Criação de ações resgatáveis pela Companhia sem a prévia e expressa aprovação de titulares de *Units* representando a maioria das *Units* em circulação;
- (viii) Alienação do controle acionário efetivo, direto ou indireto, da Companhia, por qualquer meio, salvo se aprovado previamente por titulares de *Units* representando a maioria das *Units* em circulação;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (ix) Aquisição pela Companhia do controle acionário ou de participação acionária em outras sociedades, “*joint ventures*” ou consórcios que cujos objetos não sejam de tecnologia da informação ou de prestação de serviços, caracterizando desvio do objeto social da Companhia, salvo se aprovado previamente por titulares de *Units* representando a maioria das *Units* em circulação;
- (x) Saída da Companhia do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, sem a prévia e expressa aprovação de titulares de *Units* representando a maioria das *Units* em circulação.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras****BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (em R\$ milhares)**

	2010	2009	2008
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	232.508	207.721	120.677
Títulos e valores mobiliários	6.317	22.469	14.301
Contas a receber de clientes	264.029	230.995	172.352
Provisão para créditos de liq. duvidosa	(20.900)	(20.314)	(19.139)
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	18.127
Dividendos a receber	800	-	-
Impostos a recuperar	29.894	32.716	18.664
Outros ativos circulantes	16.030	11.646	7.662
Total do Ativo Circulante	528.678	485.233	332.644
Não circulante			
<u>Ativo Realizável a Longo Prazo</u>			
Títulos e valores mobiliários	50.129	19.314	12.428
Contas a receber de Clientes	14.807	6.000	4.474
IRPJ e CSLL Diferidos	170.088	184.159	36.950
Deposito Judicial	5.916	14.213	8.385
Outros ativos	15.363	4.147	3.265
	256.303	227.833	65.502
Investimentos	8	10	21
Imobilizado	36.535	32.887	31.863
Intangível	593.873	604.071	610.303
Total do não circulante	886.719	864.801	707.689
Ativo Total	1.415.397	1.350.034	1.040.333

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (em R\$ milhares)**

	2010	2009	2008
Passivo Circulante			
Obrigações Sociais e Trabalhistas	69.072	59.199	42.329
Fornecedores	17.363	23.984	27.711
Obrigações fiscais	5.903	7.198	7.937
Empréstimos e financiamentos	62.029	7.838	5.242
Debêntures	12.155	5.218	5.635
Arrendamento mercantil a pagar	1.923	4.027	5.036
Comissões a pagar	38.581	32.765	19.135
Dividendos e JCP a pagar	34.302	25.947	33.724
Obrigações por aquisição de investimento	10.581	34.577	16.299
Outros passivos circulantes	3.306	3.329	4.541
	255.215	204.082	167.589
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	156.230	210.038	163.270
Debêntures	185.795	212.219	202.777
Arrendamento mercantil a pagar	114	2.138	4.444
Provisão para obrigações legais	5.876	10.653	15.384
Obrigações por aquisição investimento	54.472	20.286	25.748
IRPJ e CSLL diferidos	123.551	143.592	-
Outros passivos	2.568	5.001	1.902
	528.606	603.927	413.525
Patrimônio Líquido			
Capital social	406.489	376.493	376.493
Reserva de capital	60.406	48.851	46.831
Reserva legal	-	-	5.960
Reserva de retenção de lucros	154.820	101.661	23.862
Ajustes de avaliação patrimonial	(2.186)	(1.977)	532
Participação de acionistas não controladores	12.047	16.997	5.541
Total do Patrimônio Líquido	631.576	542.025	453.678
Passivo Total	1.415.397	1.350.034	1.040.333

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhares)**

	2010	2009	2008
Taxas de Licenciamento	304.454	249.433	185.362
Serviços	367.698	332.069	250.302
Manutenção	561.051	498.839	324.199
Receita bruta de serviços e venda	1.233.203	1.080.341	759.863
Deduções da receita bruta			
Cancelamento de serviços e vendas	-22.933	-22.263	-27.455
Impostos sobre serviços e vendas	-80.795	-69.399	-53.643
Receita líquida de serviços e vendas	1.129.475	988.679	678.765
Custos das taxas de licenciamento	-24.118	-22.908	-14.222
Custos dos serviços e vendas	-353.332	-296.679	-217.925
Lucro bruto	752.025	669.092	446.618
Receitas (despesas) operacionais			
Pesquisa e desenvolvimento	-149.924	-118.446	-69.523
Despesas de propaganda	-32.335	-30.715	-19.965
Despesas de vendas	-71.225	-57.393	-42.508
Comissões	-108.508	-102.970	-74.951
Despesas gerais e administrativas	-71.819	-76.268	-60.881
Honorários da administração	-27.967	-31.750	-24.870
Depreciação e amortização	-77.883	-69.918	-87.497
Provisão para crédito de liq.duvidosa	-10.595	-7.720	-13.939
Outras receitas (despesas) operacionais	9.900	5.435	-98
Lucro antes dos efeitos financeiros	211.669	179.347	52.386
Receitas financeiras	18.442	19.257	26.093
Despesas financeiras	-68.172	-50.481	-24.608
Lucro antes da tributação	161.939	148.123	53.871
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente	-31.084	-11.748	-15.662
Diferido	6.673	-13.479	11.297
	-24.411	-25.227	-4.365
Part. de acionistas não controladores	335	-2.600	-1.294
Lucro líquido do exercício	137.863	120.296	48.212
Lucro por lote de 1000 ações	4,42014	3,86153	1,54762

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia entre os anos 2010 e 2009:

Ativo Circulante: O Ativo Circulante totalizou R\$528,678 milhões em 2010, aumento de 9% em relação aos R\$485,233 milhões de 2009. Este aumento se deu principalmente pelo crescimento na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, que passou de R\$207,721 milhões, em 2009, para R\$232,508 milhões, em 2010, e em Conta a receber de clientes, que passou de R\$230,995 milhões, em 2009, para R\$264,029 milhões, em 2010, ambos os aumentos decorrentes do crescimento das vendas e geração operacional de caixa da Companhia. O Ativo Circulante no ano de 2010 representou 37% do valor total do ativo, comparado com 36% em 2009.

Ativo Realizável a Longo Prazo: O Ativo Realizável a Longo Prazo totalizou R\$256,303 milhões em 2010, aumento de 12% em relação a 2009. Esse aumento foi mais significativo na rubrica de Títulos e valores mobiliários, decorrentes das aquisições realizadas no exercício, e das Contas a receber de clientes que refletiram o crescimento de vendas no período.

Ativo permanente: Em 2010, o ativo permanente totalizou R\$630,416 milhões, redução de 1% em relação a 2009. Essa redução se deu principalmente no Ativo Intangível, oriundo das aquisições de operações, devido a amortização que é aplicada sobre o mesmo. O ativo permanente de 2010 representou 45% do ativo total, comparado com 47% em 2009.

Passivo Circulante: O Passivo Circulante em 2010 foi de R\$255,215 milhões, apresentando um crescimento de 25% em relação ao de 2009, o qual foi de R\$204,082 milhões. Este crescimento ocorreu principalmente pelo aumento da conta de Empréstimos e Financiamentos, que passou de R\$7,838 milhões, em 2009, para R\$62,029 milhões, em 2010, por conta da decorrência de prazo do mesmos. Os saldos de Obrigações sociais e trabalhistas apresentaram crescimento de 17%, refletindo o crescimento da força de trabalho; e Dividendos e JCP a Pagar cresceram 32% no período, em decorrência dos juros sobre capital próprio anunciados em dezembro de 2010. O Passivo Circulante no ano de 2010 representou 18% do valor total do Passivo do mesmo ano, comparado com 15% em 2009, representando um aumento de 3 pontos percentuais.

Passivo Exigível a Longo Prazo: O passivo exigível a longo prazo totalizou R\$528,606 milhões em 2010, apresentando uma redução de 12% em relação ao de 2009. Essa redução do exigível a longo prazo decorreu da diminuição significativa da conta de Empréstimos e Financiamentos, por conta da reclassificação mencionada no Passivo Circulante, e da conta de Debêntures, a qual passou de R\$212,219 milhões, em 2009, para R\$185,795 milhões, em 2010, devido à conversão de 15% das debêntures em agosto de 2010. O Passivo exigível a longo prazo no ano de 2009 representou 37% do passivo total, comparado com 45% de 2009, representando uma redução de 8 pontos percentuais.

Patrimônio Líquido: A Companhia encerrou 2010 com Patrimônio Líquido de R\$631,576 milhões, aumento de 17% sobre 2009. O Patrimônio Líquido cresceu por conta do aumento da Reserva de Retenção de Lucros, que passou de R\$101.661 milhões em 2009 para R\$154,820 milhões em 2010, refletindo o crescimento dos lucro líquido; e do aumento do Capital Social, por conta da emissão de ações para conversão de suas debêntures. O Patrimônio Líquido no ano de 2010 representou 45% do passivo total, comparado com 40% de 2009, representando um aumento de 5 pontos percentuais.

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia entre os anos 2009 e 2008:

Para melhor entendimento e compreensão dos números apresentados neste item, é indicada a leitura do item 10.4.b, que apresenta a conciliação do balanço de 2009 de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) e as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS).

Ativo Circulante: O Ativo Circulante totalizou R\$503,177 milhões em 2009, aumento de 51% em relação aos R\$332,644 milhões de 2008. Este aumento se deu principalmente pelo crescimento na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, que passou de R\$120,677 milhões, em 2008, para R\$207,721 milhões, em 2009, e em Conta a receber de clientes, que passou

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de R\$172,352 milhões, em 2008, para R\$230,995 milhões, em 2009. O Ativo Circulante no ano de 2009 representou 42% do valor total do ativo, comparado com 32% em 2008, representando um aumento de 10 pontos percentuais.

Ativo Realizável a Longo Prazo: O Ativo Realizável a Longo Prazo totalizou R\$59,527 milhões em 2009, queda de 9% em relação a 2008, por conta da redução do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.

Ativo permanente: Em 2009, o ativo permanente totalizou R\$646,399 milhões, aumento de 1% em relação a 2008. Do referido valor, R\$613,502 milhões referem-se a ao Intangível preponderantemente composto pelos ágios gerados nas aquisições de empresas. O ativo permanente de 2009 representou 53% do ativo total, comparado com 62% em 2008, resultado da maior representatividade do ativo circulante, mais que reflete com mais proximidade os resultados operacionais da Companhia.

Passivo Circulante: O Passivo Circulante em 2009 foi de R\$247,609 milhões, apresentando um crescimento de 48% em relação ao de 2008, o qual foi de R\$167,589 milhões. Este crescimento ocorreu principalmente pelo aumento da conta Obrigações por Aquisição de Investimento, que passou de R\$16,299 milhões, em 2008, para R\$34,577 milhões, em 2009, bem como pela linha Dividendos e JCP a Pagar. O Passivo Circulante no ano de 2009 representou 20% do valor total do Passivo do mesmo ano, comparado com 16% em 2008, representando um aumento de 4 pontos percentuais.

Passivo Exigível a Longo Prazo: O passivo exigível a longo prazo totalizou R\$453,565 milhões em 2009, apresentando um aumento de 10% em relação ao de 2008. O incremento do exigível a longo prazo decorre do crescimento significativo da conta de Empréstimos e Financiamentos, que passou de R\$163,270 milhões, em 2008, para R\$210,038 milhões, em 2009, e da linha de Debêntures, a qual saltou R\$202,777 milhões, em 2008, para R\$212,219 milhões em 2008. O Passivo exigível a longo prazo no ano de 2009 representou 38% do passivo total, comparado com 40% de 2008, representando uma redução de 2 pontos percentuais.

Patrimônio Líquido: A Companhia encerrou 2009 com Patrimônio Líquido de R\$501,471 milhões, aumento de 11% sobre 2008. O Patrimônio Líquido cresceu sobretudo pelo aumento da Reserva de Retenção de Lucros, que passou de R\$23,862 milhões em 2008 para R\$66,129 milhões em 2009. O Patrimônio Líquido no ano de 2009 representou 41% do passivo total, comparado com 44% de 2008, representando uma diminuição de 3 pontos percentuais.

Comentários referentes ao desempenho financeiro e operacional consolidado da Companhia entre os anos 2010 e 2009:

Mais uma vez, suportada por fortes fundamentos, a Companhia encerrou um ciclo de 12 meses com indicadores positivos como o aumento do número de novos clientes, crescimento em todas as linhas de receita e lucro recorde de R\$137,863 milhões, 14,6% superior ao ano anterior.

A TOTVS alcançou EBITDA(*) ("Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization"; lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$289,552 milhões em 2010, com crescimento de 16,2% sobre o ano de 2009 e a margem EBITDA(**) atingiu 25,6%, acima 40 pontos-base quando comparada à margem de 2009.

A Companhia tem conseguido crescer e ao mesmo tempo ampliar sua lucratividade, sem afetar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, fundamentais para a construção do futuro da TOTVS. O ganho de margem tem sido fruto do crescimento da receita combinado a uma forte captura de sinergias oriundas das empresas adquiridas nos últimos anos, e de ganho de eficiência no sistema interno de gestão, com implantação de novos processos e de indicadores de qualidade.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A TOTVS encerra o ano de 2010 com receita líquida de R\$1.129,475 milhões, com crescimento de 14,2% sobre a receita líquida de 2009. A reorganização no sistema de distribuição, iniciada no segundo semestre de 2009, e a expansão econômica do Brasil e da região, colaboraram significativamente com esse desempenho.

A linha de *receita com taxas de licenciamento* foi a que apresentou maior crescimento no ano: 22,1%, passando de R\$249,433 milhões em 2009 para R\$304,454 milhões em 2010. O número de clientes novos de software foi de 2.840, 9,6% superior ao número de novos clientes de 2009.

A *receita com serviços* foi recorde, totalizando R\$367,698 milhões no ano, 10,7% superior à de 2009. Porém, este crescimento não refletiu a mesma aceleração da receita com licenças de uso, devido ao descasamento entre a venda da licença e a prestação dos serviços. A participação dos Serviços de Valor Agregado e de Consultoria aumentou nesta linha, passando de 25,7% dessa receita em 2009 para 27,2% em 2010.

A *receita de manutenção* cresceu 12,5% de 2009 para 2010, totalizando ao final de 2010 R\$498,839 milhões. Ao longo do ano, esta linha foi impactada pelo baixo valor de reajuste de inflação. Nos últimos meses do ano, com a aceleração dos índices de inflação, pôde ser observada uma reposição desta receita.

O *custo das taxas de licenciamento* apresentou crescimento de 5,3%, saindo de R\$22,908 mil, em 2009, para R\$24,118 milhões, em 2010. Essa linha de custo representa o custo com soluções de terceiros vendidas pela Companhia.

As *despesas com pesquisa e desenvolvimento* atingiram R\$149,924 milhões em 2010, e representaram 13,3% da receita líquida da Companhia. A ampliação dos investimentos na tecnologia proprietária da TOTVS, a fim de torná-la mais versátil, e investimentos em inovações como no segmento de TV digital, foram os principais itens que influenciaram essa linha de despesa, que, conforme já descrito anteriormente, são fundamentais para o futuro dentro do setor de tecnologia da informação.

As *despesas com propaganda* totalizaram R\$32,335 milhões em 2010, o equivalente a 2,9% da receita líquida. O foco dos investimentos nessa rubrica foi de reforço da marca TOTVS, através das campanhas publicitárias e de marketing no Brasil e exterior.

As *despesas com vendas* cresceram 24,1% entre 2010 e 2009, alcançando R\$71,225 milhões, impactadas por reorganizações internas, a partir da incorporação de equipes de vendas que anteriormente estavam nas franquias. Em contrapartida, conforme explicação no próximo parágrafo, houve redução no volume de comissões pagas, em função da internalização de equipes de vendas.

As *despesas com comissões* passaram de R\$102,970 milhões, em 2010, para R\$108,508 milhões, em 2010, crescimento de 5,4%. Esse crescimento menos acelerado do que o aumento de vendas foi influenciado, conforme o parágrafo acima, pela internalização de estruturas de vendas.

As *despesas gerais e administrativas* totalizaram em 2010 R\$71,819 milhões, redução de 5,8% sobre os R\$76,268 milhões de 2009. A representatividade dessa linha de despesa em relação à receita líquida passou de 7,7%, em 2009 para 6,4%, em 2010, refletindo os ganhos de escala da otimização de estrutura.

As *despesas com honorários da administração* atingiram em 2010 R\$27,967 milhões, redução de 11,9% sobre o valor do ano de 2009, influenciado pela do atingimento proporcional das metas internas fixadas pela empresa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A despesa com *provisão para créditos de liquidação duvidosa* em 2009 acumulou R\$10,595 milhões, 37,2% superior a 2009. O incremento é decorrente da análise da carteira de recebíveis da empresa, e o julgamento sobre potenciais perdas que a empresa possa ter.

As despesas com *depreciação e amortização* totalizaram em 2010 R\$77,883 milhões, ante R\$69,918 milhões em 2009, aumento de 11,4%. Essa elevação do patamar de despesas com depreciação e amortização traduz o crescimento da infraestrutura da Companhia e o aumento do volume de amortização de intangíveis oriundos de aquisições de operações.

As *despesas financeiras* alcançaram R\$68,172 milhões, um aumento de 35% em comparação às despesas de R\$50,481 milhões em 2009. Esse aumento decorre, principalmente da adoção da prática de marcação a mercado das debêntures conversíveis.

O *Caixa e Equivalentes de Caixa* da TOTVS em 31 de Dezembro de 2010 totalizaram R\$232,508 milhões, representando um aumento de 11,9% sobre a posição de R\$ 207,721 milhões em 31/12/2009. A empresa reitera que tem política conservadora na gestão de suas atividades financeiras, ativas e passivas, e que não realizou nenhuma operação especulativa no mercado financeiro.

O *lucro líquido* alcançou o recorde de R\$137,863 milhões em 2010, crescimento de 14,6% na comparação com 2009, refletindo o crescimento de receita superior ao crescimento de custos e despesas.

(*) O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, calculada observando uma das sugestões do Ofício Circular CVM nº 01/2007, consistindo no lucro antes dos impostos e contribuições, das participações de minoritários, despesa/receita financeira líquida (receita e despesas financeiras), depreciação e amortização.

(**) A margem de EBITDA representa a relação percentual entre o EBITDA e receita líquida.

Comentários referentes ao desempenho financeiro e operacional consolidado da Companhia entre os anos 2009 e 2008:

A Companhia encerrou o ano de 2009 provando mais uma vez a resiliência de seu modelo de negócios que, mesmo em um ano que o país entrou em recessão técnica, apresentou indicadores positivos como o crescimento do número de clientes atendidos, tanto novos como os da base, crescimento substancial em todas as linhas de receita e lucro recorde de R\$120,296 milhões, 150% superior ao ano anterior. A Companhia alcançou EBITDA de R\$249,265 milhões em 2009, um crescimento de 78,2% sobre o 2008 e a margem EBITDA atingiu 25,2%, apontando crescimento de 460 pontos-base quando comparada à margem de 2008. Resultados como esses salientam novamente os fortes fundamentos da Companhia, que se apresenta como fornecedora de software de gestão – insumo básico para todos os tipos de empresas – para um mercado latino-americano ainda pouco explorado e de baixa penetração.

Destaca-se ainda no ano a expansão de margem, a maior na história recente da Companhia, fruto do crescimento da receita combinado a uma forte captura de sinergias oriundas das empresas adquiridas nos últimos anos, bem como de suas próprias estruturas com visíveis ganhos de escala.

A Companhia encerra o ano de 2009 com *receita bruta* de R\$1.080,341 milhões e *receita líquida* de R\$988,679 milhões, superando em 45,7% a receita líquida de 2008. Mesmo com cenário econômico adverso, em especial no primeiro semestre do ano, o versátil modelo de negócio da TOTVS aliado a operação de união com a Datasul, ocorrida em 2008, permitiram à Companhia apresentar representativo crescimento de receita.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A *receita de taxas de licenciamento* totalizou R\$249,433 milhões e cresceu 34,6% ante os R\$185,362 milhões de 2008. O incremento é justificado pela adição de 2.591 novos clientes de software, pelo aumento do número de clientes atendidos na atual base da Companhia e pela incorporação dos números da Datasul.

A *receita de serviços* superou em 32,7% a de 2008, somando R\$332,069 milhões e R\$250,302 milhões respectivamente. Os principais fatores que levaram ao aumento dessa rubrica são o aumento no volume de implementações, a incorporação da Datasul e a ampliação das operações dos Serviços de Valor Agregado e de Consultoria.

A *receita de manutenção* encerrou 2009 com R\$498,839 milhões, montante 53,9% acima dos R\$324,199 milhões de 2008. O aumento da base de clientes ativos da Companhia, isto é, que pagam mensalmente por serviços de atualização do software e atendimento, bem como a baixa perda de clientes ao longo do ano foram as principais causas do crescimento dessa rubrica. O ano de 2009 encerra-se com aproximadamente 24.800 clientes ativos.

O *custo das taxas de licenciamento* apresentou crescimento de 61,1%, saindo de R\$14,222 milhões, em 2008, para R\$22,908 milhões, em 2009. Essa linha de custo representa o custo com soluções de terceiros vendidas pela TOTVS e a razão fundamental de seu crescimento está relacionada à incorporação da Datasul.

A soma dos custos de serviços e vendas totalizou R\$296,679 milhões em 2009, crescimento de 36,1% sobre 2008 e ligeiramente superior ao crescimento da receita de serviços no mesmo período. Esse descolamento de custos pode ser creditado em parte à incorporação da Datasul e ao aumento do quadro de participantes e também pela absorção dos custos advindos de aquisições realizadas ao longo do ano, em especial de canais de distribuição cujo processo de consolidação foi intensificado no segundo semestre do ano.

As *despesas com pesquisa e desenvolvimento* atingiram R\$118,446 milhões em 2009, e representaram 12,0% da receita líquida da Companhia. A incorporação da Datasul e a ampliação dos investimentos na tecnologia proprietária da TOTVS a fim de torná-la mais versátil foram os principais itens que influenciaram essa linha de despesa.

As *despesas com propaganda* totalizaram R\$30,715 milhões, em 2009, e R\$19,965 milhões, em 2008, o equivalente a 3,1% e 2,9%, respectivamente, da receita líquida em cada um dos anos. A incorporação da Datasul e os investimentos na campanha publicitária de 2009, notoriamente mais abrangente que o de anos anteriores, contribuíram para o crescimento dessa rubrica.

As *despesas com vendas* cresceram 35,0% entre 2009 e 2008, saindo de R\$42,508 milhões para R\$57,393 milhões, também impactadas principalmente pela incorporação da Datasul.

As *despesas com comissões* passaram de R\$74.951 milhões, em 2008, para R\$102,970 milhões, em 2009, crescimento de 37,4%. Esse crescimento também foi influenciado pela incorporação da Datasul e manteve-se abaixo do crescimento da receita líquida no mesmo período.

As *despesas gerais e administrativas* totalizaram em 2009 R\$76,268 milhões, crescimento de 25,3% sobre os R\$60,881 milhões de 2008. A representatividade dessa linha de despesa passou de 9,0%, em 2008, para 7,7%, em 2009, refletindo os ganhos de escala da otimização de estrutura.

As *despesas com honorários da administração* atingiram em 2009 R\$31,750 milhões, crescimento de 27,7% sobre os R\$24,870 milhões, inferior ao crescimento de receita líquida do mesmo período.

A despesa com *provisão para créditos de liquidação duvidosa* em 2009 acumulou R\$7,720 milhões, 44,6% menor que 2008, quando acumulou R\$13,939 milhões. A redução é decorrente da melhoria dos processos internos da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As despesas com *depreciação e amortização* totalizaram em 2009 R\$69,918 milhões, ante R\$87,497 milhões em 2008, redução de 20,1%. Essa redução é explicada pela extinção da amortização dos ágios a partir de 01 de janeiro de 2009, conforme mudanças trazidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09.

As *despesas financeiras* alcançaram R\$72,981 milhões e correspondem principalmente, às operações de captação de recursos ocorridas em 2008. Para viabilizar a união com a Datasul, a Companhia contou com o suporte do BNDES e obteve financiamento dentro do programa PROSOFT, no valor de R\$204,5 milhões, com prazo final de amortização de 6 (seis) anos e taxa de TJLP + 1,5% a.a. Adicionalmente, a Companhia emitiu debêntures conversíveis, no valor de R\$ 200 milhões, com prazo de 8 (oito) anos para amortização de principal e mais 3 anos para os juros. O caixa da Companhia em 31 de Dezembro é de R\$207,721 milhões. A Companhia reitera que tem política conservadora na gestão de suas atividades financeiras, ativas e passivas, e que não realizou nenhuma operação especulativa no mercado financeiro.

O *lucro líquido* alcançou o recorde de R\$120,296 milhões em 2009, crescimento de 149,5% na comparação com 2008.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As principais receitas apuradas pela Companhia provêm de: (i) taxas de licenciamento, que incluem a licença dos direitos de uso de software e venda de software de terceiros; (ii) serviços compostos pela receita do serviço de horas relativo à implantação do software, treinamento e serviços de infra-estrutura, terceirização de processos e consultoria; e (iii) manutenção, relativa ao fornecimento das novas versões e atualização dos softwares lançadas pela Companhia, contendo ajustes referentes a toda evolução tecnológica, funcional ou legal, e *help desk* (atendimento telefônico para esclarecimento de dúvidas).

A receita da taxa de licenciamento de softwares é registrada quando, cumulativamente: o consumidor final tem acesso à utilização do software; há a formalização do negócio entre as partes, por meio de contrato; o preço é estabelecido; e o valor devido seja realizável.

As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhecidas à medida que os serviços são realizados.

O registro das receitas de manutenção, referentes à disponibilização de evoluções tecnológicas e *help desk*, ocorre mensalmente durante a vigência dos contratos com os clientes.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 22 de julho de 2008, os conselhos de administração da Companhia e da Datasul aprovaram a proposta de reestruturação societária de ambas as Companhias cujo objetivo foi de integrar suas atividades. Em 19 de agosto de 2008, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas de ambas companhias aprovaram a reestruturação societária e o evento deu o surgimento da 7ª maior empresa de ERP do mundo, segundo o instituto Gartner em medições feitas no mercado em 2008.

A comparabilidade dos resultados fica prejudicada por conta das combinações e incorporações das empresas, em especial a Datasul, ocorrida durante o exercício de 2008.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de manutenção, que representaram aproximadamente 45% da receita total da Companhia, são indexadas ao IGP-M (Índice Geral de Preços ao Mercado) e ao IPC-A, sendo reajustadas de acordo com o “aniversário” de cada contrato de serviço de manutenção e *help-desk* firmado com os clientes.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado pelas mudanças econômicas nacionais, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, políticas governamentais para o setor, índice de inflação e política cambial. Porém, historicamente, essas mudanças têm seu efeito atenuado para Companhia por ela ter uma base de clientes numerosa, pulverizada e diversa. A base de clientes ativos de software da Companhia ao final de 2010 era de aproximadamente 26 mil clientes, contendo empresas de praticamente todos os setores representativos da economia, e os 100 maiores clientes da Companhia respondiam por cerca de 19% de suas vendas totais.

O impacto da variação dos índices de inflação nos custos e despesas da Companhia existe, por serem o IGP-M e o IPC-A bases de reajuste de diversos serviços utilizados pela Companhia, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios) que representaram aproximadamente 40% do total dos custos e despesas da Companhia (excetuadas a depreciação e a amortização) apurados no ano de 2010, além de outros gastos, como viagens, comunicação e aluguel, que podem ser aumentados de acordo com as negociações atreladas a estes índices. Porém, este impacto é minimizado na medida em que as receitas recorrentes, relativas à manutenção e *help desk*, que representaram aproximadamente

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

45% do total das receitas de 2010 (ou o equivalente a 61%, quando comparados com o total dos custos e despesas), são indexadas, no geral, pelos mesmos índices, permitindo seu repasse aos preços, como tem ocorrido historicamente.

A variação das taxas de juros no país pode influenciar os resultados da Companhia na medida em que uma eventual elevação deste índice pode gerar uma retração dos investimentos realizados pelo mercado. Porém, historicamente, nos períodos de alta da taxa SELIC, a Companhia não deixou de registrar crescimento em vendas.

Ademais, os financiamentos tomados pela Companhia são basicamente provenientes dos contratos de arrendamento mercantil com taxas pré-fixadas e linhas de financiamento do BNDES e Debêntures atreladas à TJLP, que tendem a apresentar baixa volatilidade mesmo em épocas de aumento da SELIC.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreram e não são esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras ou em seus resultados devido à introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Estão elencadas a seguir, em ordem cronológica, as principais operações de fusões e aquisições da Companhia ocorridas nos últimos 3 anos:

MIDBYTE: - Em 1 de janeiro de 2008, a Companhia adquiriu 28.000 ações ordinárias corresponde a 70% do capital social da MIDBYTE INFORMÁTICA S.A. ("MIDBYTE"), companhia desenvolvedora de software de gestão voltado principalmente ao pequeno varejo, com sede em São Paulo – SP. O valor à vista da transação foi de R\$6,0 milhões pagos em janeiro de 2008, podendo atingir até R\$8,0 milhões.

BCS: Em 11 de abril de 2008, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da BCS Holding Participações Ltda. ("BCS"), a qual é controladora integral da BCS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., BCS ENGENHEIROS ASSOCIADOS LTDA., BCSFLEX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. e HBA INFORMÁTICA LTDA., que atuam na área de desenvolvimento de software de gestão para escritórios de advocacia e departamentos jurídicos, bem como na assessoria em soluções de tecnologia, desde a análise e desenvolvimento de projetos até implantação e gerenciamento da operação, todas sediadas na cidade de São Paulo. O valor à vista da transação foi de R\$30,0 milhões, pagos em abril de 2008, podendo atingir até R\$48,0 milhões.

SETWARE: Em 1º de julho de 2008, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da SETWARE INFORMÁTICA LTDA. ("Setware"). O valor da transação totalizou R\$3,5 milhões.

DATASUL: Em 22 de julho de 2008, os conselhos de administração da Companhia e da DATASUL S.A. ("DATASUL") aprovaram a proposta de reestruturação societária de ambas as Companhias cujo objetivo foi de integrar suas atividades. Em 19 de agosto de 2008, em Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas das duas Companhias aprovaram a reestruturação societária, estruturada como segue: (i) Incorporação das ações da DATASUL pela MAKIRA DO BRASIL S.A. ("MAKIRA"), subsidiária integral da Companhia, a valor de mercado, no montante de R\$563,5 milhões, resultando na emissão, pela MAKIRA, de ações ordinárias e de ações preferenciais resgatáveis, em favor dos acionistas da Datasul titulares de ações na data da respectiva deliberação. (ii) No mesmo ato da incorporação das ações da Datasul, deliberação do resgate das ações preferenciais resgatáveis da MAKIRA no montante de R\$417,5 milhões, emitidas em favor dos Ex-Acionistas da Datasul, titulares de ações na data da respectiva deliberação. (iii) Ainda no mesmo ato, em deliberação distinta e subsequente, incorporação da MAKIRA pela Companhia, com a absorção do acervo líquido da MAKIRA, avaliado a valor contábil, considerando os efeitos da Incorporação das Ações da DATASUL, e com a consequente extinção da MAKIRA. Como resultado, foram emitidas 4.464.000 ações ordinárias, sem valor nominal, da Companhia em favor dos Ex-Acionistas da Datasul, agora acionistas da MAKIRA. (iv) Os ex-acionistas da DATASUL, receberam o valor total de R\$480,0 milhões em dinheiro correspondente à soma: de R\$417,5 milhões, pelo resgate das ações preferenciais resgatáveis da MAKIRA, e de R\$62,5 milhões, pelo pagamento de dividendos da DATASUL.

YMF: Em 03 de setembro de 2009, a Companhia adquiriu por R\$ 19,0 milhões as ações representativas de 20% do capital social da YMF ARQUITETURA FINANCEIRA DE NEGÓCIOS S.A. ("YMF"), empresa que possui como atividade principal o desenvolvimento e distribuição de software e serviços na área de gestão de investimentos e da qual a Companhia já detinha 80% do capital social. Com a referida aquisição a TOTVS passou, portanto, a deter a totalidade das ações da YMF.

TOOLS: Em 09 de setembro de 2009, a Companhia adquiriu por R\$ 1,5 milhão as ações representativas de 10% do capital social da TOOLS ARQUITETURA FINANCEIRA DE NEGÓCIOS S.A. ("TOOLS"), empresa que oferece soluções para

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a gestão da cadeia de valor do crédito, incluindo concessão de crédito, financiamento (CDC, crédito pessoal, desconto de títulos, dentre outros), cobrança e gestão de cartões “*private label*”, da qual a TOTVS já detinha 90% do capital social. Com a referida aquisição, a Companhia passou a deter a totalidade das ações da TOOLS.

TOTALBANCO: Em 13 de outubro de 2009, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição de participação societária representativa de 70% (setenta por cento) do capital social da TOTALBANCO CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA. (“TOTALBANCO”), que atua na área de gestão de leasing e crédito para pessoas jurídicas e core-banking, permitindo a integração da gestão de investimentos e da gestão de crédito no “*back-end*”. A Companhia pagou o valor de R\$10,8 milhões para os controladores da TOTALBANCO, relativamente à participação societária acima mencionada, que outorgaram à Companhia uma opção de compra dos 30% remanescentes pelo valor de até R\$12,2 milhões, a ser exercida a partir de 01.01.2011.

HERY: Em 14 de outubro de 2009, a Companhia adquiriu por R\$ 12,0 milhões a totalidade do capital social da HERY SOFTWARE LTDA. (“HERY”), franquia de distribuição oriunda da Datasul, incorporada pela Companhia, e que opera em grandes centros tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Centro-Oeste e interior paulista. A aquisição da HERY está alinhada à estratégia da Companhia em manter operações próprias nos grandes centros do país e dá continuidade ao processo de consolidação dos canais de distribuição, iniciado no último trimestre de 2007.

MIDBYTE: Em 05 de janeiro de 2010, a Companhia adquiriu 30% do capital social da empresa MIDBYTE INFORMÁTICA S.A. (“MIDBYTE”), companhia desenvolvedora de software de gestão voltado principalmente ao pequeno varejo, com sede em São Paulo/SP. O valor à vista da transação foi de R\$12 mil.

M2S e M2I: Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia adquiriu 100% do capital social, por intermédio de uma de suas empresas controladas, das empresas M2S SERVIÇOS DE SUPORTE LTDA. (“M2S”) e M2I SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE LTDA. (“M2I”), canais de distribuição da marca RM, baseados em Salvador/BA, dedicados à comercialização, implementação e suporte do produto RM no Estado da Bahia. Essa aquisição faz parte dos esforços da TOTVS, intensificados no 2º semestre de 2009, para a unificação de seus canais de distribuição sob uma única marca. A aquisição de ambas as empresas totalizou R\$5,3 milhões.

M2I: Em 26 de janeiro de 2010, a Companhia alienou 100% de sua participação no capital social à J.R.P ASSESSORIA DE INFORMÁTICA LTDA., uma de suas franquias de distribuição, por intermédio de uma de suas empresas controladas, sua participação na empresa M2I SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE LTDA. por R\$840 mil.

SOFTEAM: Em 29 de abril de 2010, a Companhia alienou 100% de sua participação na empresa SOFT TEAM SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA. à SONDA DO BRASIL S.A. por R\$9,5 milhões. Essa venda faz parte do processo de reorganização da grade de soluções de software de gestão.

TQTVD: Em 01 de junho de 2010, a Companhia adquiriu 45% do capital social da TQTVD SOFTWARE LTDA. (“TQTVD”) da empresa QUALITY SOFTWARE S.A. por R\$6 milhões. A TQTVD tem o objetivo de desenvolver uma camada de software intermediário que permite o desenvolvimento de aplicações interativas para a TV Digital de forma independente da plataforma de hardware. Com essa operação, que faz parte dos investimentos em P&D da TOTVS, a empresa reafirma seu interesse no desenvolvimento de aplicações interativas para a TV Digital e sua integração com softwares de gestão.

SRC: Em 02 de agosto de 2010, a Companhia adquiriu 100% do capital social da empresa SRC SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA. (“SRC”) por R\$ 43 milhões, a SRC concentra operações das Franquias de Desenvolvimento LOGISTICS SOLUTIONS LTDA., FUTURA SOLUÇÕES EM FINANÇAS LTDA., ACTON DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA DE NEGÓCIOS LTDA., SGP – SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS LTDA. e AUTUS DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA., todas focadas no desenvolvimento de sistemas de gestão ligados à marca “Datasul”. A aquisição permitirá à

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Companhia equalizar as plataformas tecnológicas dos softwares originados da Datasul com o objetivo de reduzir a dependência tecnológica de terceiros e ofertar um portfólio cada vez mais completo ao mercado. A transação também faz parte da estratégia da Companhia de integrar as estruturas externas de desenvolvimento, obtendo sinergias e maior eficiência das áreas de P&D e honrando os compromissos para manter os investimentos em P&D em patamares desejáveis.

MAFIPA: Em 24 de novembro de 2010, a Companhia adquiriu 100% do capital social da MAFIPA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. ("MAFIPA"), empresa que concentra as operações das empresas CYGNI TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA. e L2M SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., canais dedicadas à comercialização, implementação e suporte da antiga marca RM no Distrito Federal, pelo valor R\$5,92 milhões. A aquisição da MAFIPA está alinhada à estratégia da Companhia de manter operações próprias nos grandes centros do país e faz parte do processo de consolidação de canais de distribuição.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras (controladora e consolidada) da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas e conforme o padrão contábil internacional ("IFRS"), emitidos pelo "International Accounting Standards Board – IASB" para as demonstrações financeiras consolidadas.

O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira da controladora e consolidada e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas) e IFRS, sendo que a Companhia adotou como data de transição para 1 de janeiro de 2009. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, consequentemente as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovado pelo CPC.

As Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs e as Demonstrações financeiras consolidadas também considerando a aplicação integral dos CPCs e de acordo com o "International Financial Reporting Standard – IFRS".

A Companhia levou em consideração as previsões da Deliberação CVM 656/11, no que se refere à apresentação das informações trimestrais de 2010 apresentadas e que já incluíam os ajustes requeridos em formato comparativo com 2009.

Exceções obrigatórias e isenções à aplicação retrospectiva

O CPC 37 R (IFRS 1) permite às empresas a adoção de certas isenções voluntárias. A Companhia efetuou análise de todas as isenções voluntárias, sendo apresentado abaixo o resultado da análise dessas isenções sobre as suas operações e o tratamento dado pela Companhia (com indicação a correspondente Norma Internacional):

As isenções a seguir são aplicáveis às operações:

- i. Exceções obrigatórias para combinações de negócios: a Companhia adotou o CPC 15 (IFRS 3R) a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2010 com efeito retroativo apenas para o exercício imediatamente anterior (iniciado em 01 de janeiro de 2009);
- ii. Isenção para apresentação do valor justo de imobilizado como custo de aquisição: a Companhia optou por não re-mensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição adotado no BRGAAP como valor do imobilizado, levando em consideração sua avaliação dos itens que compõe o saldo deste ativo, a vida útil estar razoavelmente refletidas na taxa de depreciação e a relevância deste critério;
- iii. Isenção relativa à mensuração de instrumentos financeiros compostos: A Companhia efetuou a reclassificação de seus passivos financeiros compostos em seus componentes de passivo e de patrimônio líquido de acordo com o CPC 39 (IAS 32);
- iv. Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: A Companhia registrou o ajuste de diferenças acumuladas de conversão sobre as demonstrações contábeis de controladas no exterior no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, conforme instrução do CPC 02 (IAS 21);

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

As isenções a seguir não são aplicáveis às operações e não impactam nas demonstrações contábeis na data da adoção inicial:

- i. Benefícios a empregados CPC 33 (IAS 19): A Companhia não possui planos de previdência privada caracterizados como plano de benefício definido.
- ii. Contratos de seguros CPC 11 (IFRS 4): A norma não é aplicável às operações da Companhia.
- iii. Contratos de concessão ICPC 01 (IFRIC 12): A Companhia não possui operações de concessão de serviços públicos.

O CPC 37 (IFRS 1), além das isenções voluntárias, também proíbe expressamente o ajuste de determinadas transações na primeira adoção, pois exigiria que a administração efetuasse análises de condições passadas, após o resultado das respectivas transações. As exceções obrigatórias contemplam:

- i. Contabilização de baixa de ativos e passivos financeiros: A Companhia não efetuou ajustes retrospectivos em seus ativos e passivos financeiros, para fins de primeira aplicação do CPC.
- ii. Registro de operações de hedge: A Companhia não possuía qualquer operação classificada como hedge para fins de CPC na data de transição.
- iii. Mudanças nas estimativas: As estimativas adotadas na transição para o CPC são consistentes com as estimativas adotadas pelos critérios contábeis anteriores.
- iv. Investimentos em controladas, ativos e passivos de controladas, passivos em desativação e transferências de ativos de cliente: A norma não é aplicável às operações da Companhia.

Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

- *IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada)* - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- *IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração* - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

- *IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo* - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- *IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital* - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

• *Melhorias para IFRS* – O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 3 – Combinação de negócios.
- IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros.
- IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

A companhia não espera que as mudanças tenham impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em conformidade ao CPC 37 R (IFRS 1) a Companhia apresenta a conciliação do ativo, passivo, resultado, patrimônio líquido e resultado abrangente, da Controladora e Consolidado, dos exercícios tornados públicos anteriormente nas informações anuais referente aos períodos de 01.01.2009 (data de transição) e 31.12.2009, preparados de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009 e com as normas internacionais, considerando os CPCs vigentes em 2010.

Balanço de Abertura em 01.01.2009

Balanco de abertura - 01.01.2009								
(R\$ mil)	Nota	Controladora			Nota	Consolidado		
		BRGAAP	Ajustes	Com CPCs		BRGAAP	Ajustes	Com CPCs
Ativo Circulante		250.834	(16.090)	234.744		332.644	(18.127)	314.517
Disponibilidades		103.215	-	103.215		134.978	-	134.978
Créditos		112.284	-	112.284		153.213	-	153.213
Outros	(e)	35.335	(16.090)	19.245	(e)	44.453	(18.127)	26.326
Ativo Não Circulante		752.272	184.022	936.294		707.689	186.767	894.456
Ativo Realizável a Longo Prazo	(e)	85.319	184.022	269.341	(e)	65.502	186.767	252.269
Ativo Permanente		666.953	-	666.953		642.187	-	642.187
Ativo Total		1.003.106	167.932	1.171.038		1.040.333	168.640	1.208.973
Passivo Circulante		137.703	(16.511)	121.192		167.589	(16.511)	151.078
Dividendos a Pagar	(a)	33.673	(16.511)	17.162	(a)	33.724	(16.511)	17.213
Outros Passivos		104.030	-	104.030		133.865	-	133.865
Passivo Não Circulante		411.725	167.932	579.657		419.066	163.099	582.165
Passivo Exigível a Longo Prazo	(e)	411.725	167.932	579.657	(e)	413.525	168.640	582.165
Part. de Não Controladores		-	-	-	(b)	5.541	(5.541)	-
Patrimônio Líquido	(a)	453.678	16.511	470.189	(b)	453.678	22.052	475.730
Passivo Total		1.003.106	167.932	1.171.038		1.040.333	168.640	1.208.973

Balanço de Abertura em 31.12.2009

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Balanco de abertura - 31.12.2009								
(R\$ mil)	Nota	Controladora			Nota	Consolidado		
		BRGAAP	Ajustes	Com CPCs		BRGAAP	Ajustes	Com CPCs
Ativo Circulante		399.078	(15.887)	383.191		503.177	(17.944)	485.233
Disponibilidades		183.310	-	183.310		230.190	-	230.190
Créditos		160.867	-	160.867		210.681	-	210.681
Outros	(e)	54.901	(15.887)	39.014	(e)	62.306	(17.944)	44.362
Ativo Não Circulante		771.762	140.536	912.298		705.926	158.875	864.801
Ativo Realizável a Longo Prazo	(d)/(e)	77.185	160.468	237.653	(d)/(e)	59.527	168.306	227.833
Ativo Permanente	(c)	694.577	(19.932)	674.645	(c)	646.399	(9.431)	636.968
Ativo Total		1.170.840	124.649	1.295.489		1.209.103	140.931	1.350.034
Passivo Circulante		218.815	(43.527)	175.288		247.609	(43.527)	204.082
Dividendos a Pagar	(a)	69.474	(43.527)	25.947	(a)	69.474	(43.527)	25.947
Outros Passivos		149.341	-	149.341		178.135	-	178.135
Passivo Não Circulante		450.554	144.581	595.135		460.023	143.904	603.927
Passivo Exigível a Longo Prazo	(d)	450.554	144.581	595.135	(e)	453.565	150.362	603.927
Part. de Não Controladores		-	-	-	(b)	6.458	(6.458)	-
Patrimônio Líquido	(a)/(c)	501.471	23.595	525.066	(a)/(c)	501.471	40.554	542.025
Passivo Total		1.170.840	124.649	1.295.489		1.209.103	140.931	1.350.034

O sumário dos ajustes realizados é apresentado como segue:

(R\$ mil)	Nota	Controladora		
		Patrimônio Líquido		Resultado do Exercício
		31/12/2009	1/1/2009	31/12/2009
Conforme adoção do CPCs		525.066	470.189	120.296
Dividendos	(a)	(43.527)	(16.511)	-
Aquisição de participação minoritária	(c)	19.932	-	-
BR GAAP (vigente até 31.12.2009)		501.471	453.678	120.296

(R\$ mil)	Nota	Consolidado		
		Patrimônio Líquido		Resultado do Exercício
		31/12/2009	1/1/2009	31/12/2009
Conforme adoção do CPCs		542.025	475.730	122.896
Dividendos	(a)	(43.527)	(16.511)	-
Participação de acionistas não controladores	(b)	(16.997)	(5.541)	(2.600)
Amortização de intangíveis	(f)	38	-	-
Aquisição de participação minoritária	(c)	19.932	-	-
BR GAAP (vigente até 31.12.2009)		501.471	453.678	120.296

a) Dividendos Propostos

De acordo com o CPC 24 (IAS 10), somente os dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro ajustado) são reconhecidos como um passivo antes da aprovação pelos acionistas.

b) Participação dos acionistas não controladores

Pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme NBC T 08 (Norma Brasileira de Contabilidade), a participação

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

de não controladores no patrimônio líquido das entidades controladas deve ser destacada em grupo isolado no balanço patrimonial consolidado, imediatamente antes do grupo do patrimônio líquido, a participação de não controladores, no lucro ou prejuízo líquido (do exercício) das controladas deve ser destacada e apresentada, respectivamente, como dedução ou adição ao lucro ou prejuízo líquido consolidado. Pelo CPC 36 (IAS 27), a participação de não controladores deve ser apresentada no patrimônio líquido das demonstrações consolidadas separada da participação dos controladores. O resultado deve ser atribuído aos controladores e aos não controladores mesmo que a participação dos não controladores tenha sido deficitária.

c) Combinações de negócios

De acordo com o CPC 36 (IAS 27), CPC 15 (IFRS 3R), ICPC 9 os valores pagos a maior pelas aquisições das parcelas dos minoritários das controladas, RO em junho de 2009 de R\$ 2.976, YMF em setembro de 2009 de R\$ 15.478 e Tools em setembro de 2009 de R\$ 1.462, outros de R\$16 totalizando R\$19.932, classificados como ágio anteriormente de acordo com a Instrução CVM 247, são contabilizados como redutores do patrimônio líquido e corresponde ao valor justo da parcela do não controlador pela expectativa de compra da participação dos minoritários. Adicionalmente, para aquisição de 70% da TotalBanco, é a parcela do não controlador (30%) foi registrado no valor justo pela expectativa de compra da participação dos minoritários. Desta forma, o reflexo desta contabilização retroativa a 31 de dezembro de 2009, corresponde a um acréscimo de R\$ 10.539 nas linhas de intangíveis em contrapartida no patrimônio líquido consolidado (Participação de acionistas não controladores).

d) Apresentação de Depósitos Judiciais:

No Brasil, de acordo com a NPC 22/05, não raramente, a administração de uma entidade questiona a legitimidade de determinados passivos, e, por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão são depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate do depósito, a menos que ocorra o desfecho favorável da questão para a entidade, o depósito deverá ser apresentado deduzindo o valor do passivo. Quanto à divulgação, conforme parágrafo 76, nos casos em que, para fins de divulgação, ocorrer a compensação de passivos com os valores depositados em juízo, permitida nos termos desta NPC, deverão ser destacadas, em nota explicativa, as quantias em que estão sendo compensadas e a explicação das eventuais diferenças existentes. Para o IFRS, conforme CPC 37 (IFRS 1), uma entidade não deve apresentar ativos e passivos e receitas e despesas líquidas a menos que requerido ou permitido pela legislação. O entendimento do pronunciamento é de que no caso de depósitos judiciais uma entidade deve apresentar separadamente os ativos e passivos uma vez que o depósito judicial não atende o critério de apresentação líquida. A apresentação líquida, tanto no balanço patrimonial quanto na demonstração do resultado, exceto quando a apresentação líquida reflete a substância da transação ou outro evento, reduz a capacidade dos usuários das demonstrações financeiras de entender as transações, outros eventos e as condições em que ocorreram e de estimar o fluxo de caixa futuro da entidade. Portanto a Companhia efetua a reclassificação dos saldos, registrando no grupo de ativo não circulante os valores de depósitos judiciais.

e) Reclassificação dos impostos diferidos

No Brasil, de acordo com a Instrução CVM 371/02, para fins de reconhecimento inicial do ativo fiscal diferido, a companhia deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições: i) apresentar histórico de rentabilidade; e ii) apresentar expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos. Este estudo técnico deve ser examinado pelo conselho fiscal e aprovado pelos órgãos da administração da Companhia devendo ser revisado a cada exercício, ajustando-se o valor do ativo fiscal diferido sempre que houver alteração na expectativa da sua realização.

De acordo com o CPC 37 (IFRS 1), quando a entidade apresenta ativos correntes e não correntes, e passivos correntes e não correntes, classificando-os separadamente no balanço patrimonial, ela não deverá classificar impostos diferidos ativos e impostos diferidos passivos como correntes. Portanto a Companhia efetuou a

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

reclassificação do imposto de renda diferido líquido que estava classificado no ativo circulante e não circulante, para o imposto de renda diferido ativo e passivo não circulante.

f) Amortização de intangíveis

Intangível oriundo da opção de aquisição de investimento (TotalBanco), líquidos dos impostos diferidos.

As mudanças descritas acima não geraram efeitos para fins de imposto de renda.

Reconciliação do patrimônio líquido e resultado do exercício da Controladora com o Consolidado conforme adoção do CPCs

(R\$ mil)	Nota	Patrimônio Líquido			Resultado do Exercício	
		31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	2010	2009
Controladora		619.862	525.066	470.189	138.196	120.296
Participação de acionistas não controladores	(a)	12.047	16.997	5.541	(335)	2.600
Amortização de intangíveis	(b)	(333)	(38)	-	(333)	-
Consolidado		631.576	542.025	475.730	137.528	122.896

a) Conforme nota (b) mencionada no item 3.2.2, de acordo com o CPC 36 (IAS 27), a parcela dos acionistas não controladores é parte integrante do patrimônio líquido e do resultado do grupo. A participação de minoritários inclui resultados de controladas que passaram a ser controladas integralmente pela TOTVS nesse exercício.

b) Amortização de intangíveis alocados, registrados no Consolidado, líquidos dos impostos diferidos.

c. **ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

A Companhia não tem histórico de ressalvas e/ou ênfases presentes nos pareceres emitidos por seus auditores independentes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As Demonstrações Financeiras da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Os resultados das subsidiárias adquiridas/incorporadas estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição/cominação. Dessa forma, para fins de comparação dos resultados da controladora e consolidado, devem ser consideradas as datas de aquisição e incorporação dos resultados de cada subsidiária.

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

Receitas e Despesas

A Companhia e suas controladas auferem receita de licenciamento de software, compreendendo taxas de licenciamento, receita de serviços incluindo honorários de consultoria, receita de serviços de suporte, de manutenção para evolução tecnológica do produto e receita de atendimento e relacionamento (help desk).

As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Receitas de licença de uso provenientes de subscrição são reconhecidas mensalmente, por um período de tempo estabelecido em contrato.

As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhecidas à medida que os serviços são realizados. As receitas relativas à evolução tecnológica e help desk (atendimento telefônico para esclarecimento de dúvidas) são faturadas e reconhecidas mensalmente, durante a vigência dos contratos com os clientes. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento mencionados, são revertidas da respectiva conta de receita e registradas como redutoras de seu respectivo grupo das contas a receber. As receitas são apresentadas nos resultados do exercício pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre as mesmas.

O custo relacionado com a receita das taxas de licenciamento inclui os custos de aquisição de banco de dados, os custos da mídia na qual o produto é entregue e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares revendidos. O custo relacionado com a receita de serviços e manutenção composto, principalmente, de salários do pessoal de consultoria e suporte e demais custos relacionados a essas áreas.

As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento (programação e fábrica de software), vinculadas a inovações tecnológicas dos softwares existentes, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente dos custos de vendas, em despesas operacionais.

Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidado. As demonstrações financeiras de cada

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior que a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido da controladora.

Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectivas, quando for o caso.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e 43.

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional que é a prestação de serviços em desenvolvimento e manutenção de software; (iii) a infraestrutura utilizada na indústria em que a Companhia opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, novos produtos com maior capacidade a preços menores são disponibilizados o que requer da Administração atualização freqüente dos equipamentos da operação e a revisão freqüente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Companhia ao longo dos anos e (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. V) As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. A aplicação desses pronunciamentos técnicos não trouxe impactos significativos para a Companhia.

Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, marcas e patentes, carteira de clientes adquiridas e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia e de suas controladas, desembolsos para compras de direito de exploração de áreas e aquisição de novos produtos desenvolvidos por terceiros.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 30 de setembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

b) Ativos intangíveis

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 30 de setembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável.

Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Tributação

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 3,00%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,65%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Pagamento baseado em ações

Durante os exercícios de 2010, 2009 e 2008, a Companhia concedeu a seus principais executivos e administradores remuneração na forma de pagamento com base em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus, plano de previdência privada – contribuição definida, administrada por seguradora e remuneração com base em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Compromisso de Arrendamento Mercantil Financeiro

A companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais e equipamentos de informática para utilização de suas operações. A companhia determinou, com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que assume todos os riscos e benefícios significativos dos referidos bens. Desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis financeiros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Transações com Pagamentos Baseados em Ações

O Grupo mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e derivativos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A Companhia dispõe de controles internos com grau de eficiência suficiente para garantir a adequação e confiabilidade de suas demonstrações financeiras. A Companhia busca constantemente aperfeiçoar seu controles internos, por meio da revisão de processos internos.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Não foram identificadas pelos auditores independentes deficiências significativas sobre os controles internos da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não aplicável.